

**Ideologias de linguagem de docentes indígenas:
pluriepistemologia e descolonização do conhecimento nos estudos
linguísticos¹**

**Denise Pimenta de Oliveira²
André Marques do Nascimento³**

O objetivo deste trabalho, resultado de pesquisa em andamento, é evidenciar e discutir ideologias de linguagem em metadiscursos e práticas de docentes indígenas em formação superior específica, situando-as no campo do pensamento decolonial latino-americano, com o intuito de diversificar as bases epistemológicas dos estudos linguísticos. Com direcionamento metodológico qualitativo de cunho etnográfico, a pesquisa tenta estabelecer um diálogo com metadiscursos – discursos metalinguísticos e metapragmáticos – que avaliam, regulam e orientam os usos da língua – orais e escritos – gerados em contextos de sala de aula do curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás, em temas contextuais concernentes à reflexão sobre linguagem e ensino de línguas em cenários interculturais.

Primeiramente, é importante esclarecer que entendemos as ideologias de linguagem como “um conjunto de crenças, racionalizadas ou justificadas pelos usuários, relativas à percepção da estrutura e do uso linguísticos” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193). Concordamos ainda com Kroskrity (2004) quando ele postula que as ideologias de linguagem representam crenças ou sentimentos dos falantes sobre

¹ GT 1: Descolonizando as ciências sociais: desafios teórico-metodológicos do século 21.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

³ Doutor em Linguística. Professor Adjunto do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás.

suas línguas, conforme são usadas em seus mundos sociais; são construídas a partir de perspectivas/interesses político-econômicos específicos, que influenciam “as ideias culturais sobre língua”; e refletem (de forma consciente ou não) um amplo conjunto de crenças diversas, implícitas ou explícitas. Dessa maneira, fomentam processos de avaliação, bem como de representação de identidades sociais, o que dá origem à estratificação étnica e linguística, sobretudo baseada nos entendimentos hegemônicos sobre o que é ou não língua.

Buscamos problematizar como essas ideologias são acionadas nos metadiscursos de docentes indígenas, partindo de um direcionamento metodológico qualitativo de cunho etnográfico que se centra na análise de dados discursivos orais e escritos gerados em contextos de sala de aula. Entendemos a metodologia qualitativa interpretativa como a busca pelo entendimento dos sentidos das ações a partir da perspectiva dos atores, por meio da observação, participação, registro e reflexão (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014), incluindo a reflexão crítica em relação à perspectiva dos próprios analistas.

Em relação ao contexto de geração dos dados, é preciso ter em mente o fato de a pesquisa ter sido realizada no espaço da universidade, e é importante, ainda, pensar como o próprio acesso desses sujeitos indígenas à educação superior os posiciona nesse contexto e impacta na produção de seus metadiscursos sobre língua. Outro aspecto da geração de dados que precisa ser considerado é sua realização em contexto de sala de aula, em temas contextuais concernentes à reflexão sobre linguagem e ensino de línguas em cenários interculturais, o que delimita de modo ainda mais específico o contexto de produção das falas e dos textos escritos, na medida em que envolvem

práticas socioculturais voltadas para a reflexão metalinguística e metacomunicativa, pois favorecem manifestações de consciência metapragmática por parte dos interactantes, que se mostram mais sensíveis às interpretações/avaliações de suas próprias ações (verbais e não verbais) e das de seus interlocutores no curso da interação; e fazem comentários sobre a

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

natureza, as contingências e limitações das ações em curso; sobre os alinhamentos e desalinhamentos dessas ações com outras precedentes e/ou simultâneas; e também sobre as relações sociais que se estabelecem. (SIGNORINI, 2008, p. 122).

Atualmente, o curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG conta com 281 estudantes indígenas dos povos Apinajé, Canela, Gavião, Guajajara, Javaé, Juruna, Kalapalo, Kamayurá, Karajá, Karajá Xambioá, Kayapó, Krahô, Krikati, Kuikuro, Mehinaku, Tapirapé, Tapuia, Timbira, Xacriabá, Xavante, Xerente, Yawalapiti e Waura, provenientes de diferentes terras indígenas, situadas nos estados brasileiros de Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. O objetivo principal do curso, conforme prevê o PPP, é

formar e habilitar professores indígenas em Educação Intercultural, para lecionar nas Escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com vistas a atender à demanda das comunidades indígenas no que toca à formação superior de seus professores, nas áreas de concentração de Ciências da Linguagem, Ciências da Natureza e Ciências da Cultura. (UFG, 2006, p. 12).

Tem-se como princípios pedagógicos do curso a transdisciplinaridade e a interculturalidade, entendidos como as relações entre as diversas culturas e áreas de conhecimento, enxergadas de forma crítica, considerando os conflitos que emergem dessas relações e a necessidade de estabelecimento de um diálogo efetivo dentro de uma estrutura social assimétrica e desigual. Não nos interessa, então, uma noção de interculturalidade que seja funcional ao modelo vigente, não questionando as estruturas da matriz colonial de poder, mas servindo a ela de algum modo. Por esse motivo, enfatizamos aqui a necessidade de trazer à tona as relações de poder no espaço da diferença colonial, como propõe Mignolo (2003), a fim de questionar a subalternização dos conhecimentos e das epistemologias, reconhecendo que a decolonialidade deve agir em estruturas mais profundas das

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

relações interculturais, não somente em sua superfície. Conforme ressalta Mignolo (2010), o diálogo intercultural só pode ocorrer em sua plenitude se for interepistêmico.

Sendo a universidade um espaço, por excelência, de produção do conhecimento científico e, ao mesmo tempo, de reprodução das epistemologias hegemônicas, com predomínio das políticas de saber/poder dominantes, é imprescindível pensarmos como os indígenas se inserem nesse contexto e como podem dele se apropriar para que ocorra uma verdadeira “virada epistêmica”, ou seja, o rompimento com a ordem vigente, que marginaliza e subalterniza os sujeitos e os conhecimentos que não correspondem ao modelo moderno/europeu/ocidental. Desse modo, pode-se dizer que a presença dos povos indígenas na universidade, por si só, representa um ato político de resistência. Assim, evidencia-se, nesta pesquisa, a presença de sujeitos indígenas de diversos povos dentro da academia, contexto que

pressupõe, ou deveria pressupor, o re(encontro) dialógico crítico e igualitário com ontologias e epistemologias de diferentes matrizes culturais, historicamente apagadas, silenciadas e deslegitimadas por uma geopolítica do poder. (NASCIMENTO, 2014, p. 104).

Para problematizar as ideologias de linguagem dos docentes indígenas, é imprescindível, primeiramente, situar esses indivíduos – e seus corpos, conhecimentos, culturas e línguas – no que Mignolo (2003) chama de imaginário do sistema-mundo moderno/colonial, para que possamos compreender como, na constituição simultânea da Europa e da América, a perspectiva eurocêntrica determina o modo como os sujeitos colonizados são posicionados nesse novo sistema mundial, a partir de sua racialização e hierarquização. Em seguida, devemos pensar como as línguas, da forma como são concebidas – e daí o papel essencial das descrições linguísticas produzidas pelos missionários e outros agentes coloniais,

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

como uma estratégia de colonização do saber, e, posteriormente, da Linguística, como ciência reprodutora de práticas e ideologias coloniais – impactaram no projeto de governabilidade moderno/colonial, sobretudo no que diz respeito aos processos de dominação, subjugação e assimilação de culturas não europeias.

A língua, como uma das dimensões das identidades coloniais impostas, se torna um objeto do pensamento colonial, que segue essa lógica de racialização, extermínio e subalternização dos corpos dos sujeitos colonizados (externos ao Estado-nação europeu) em um processo de violência não só corpórea, mas também epistêmica. O pensamento ocidental que vincula intrinsecamente língua, povo e território – o cerne da ideologia nacionalista, pensada principalmente no cenário do Romantismo alemão – tem papel fundamental no uso da linguagem como estratégia de colonização do saber. Para Mignolo (2003),

uma das armas mais poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuiu, no domínio da língua, para a cultura nacional. (p. 299).

Dentro da lógica moderna, portanto, apoiada nesse ideal nacionalista, a língua é vista como um sistema bem ordenado e delimitado – daí a possibilidade de enumerar e categorizar as línguas, relacionando cada uma delas a um povo. Considerar as línguas como objetos descritíveis e enumeráveis remete ao que Blommaert (2014) e outros autores chamam de ideologia da artefactualidade, que consiste em

uma ideologia especializada em que a diversidade desconcertante que caracteriza a língua real em contextos reais (“fala”) pode ser *reduzida* a apenas um punhado de formas e regras que organizam as combinações de tais formas. [...] *essas formas e regras são tudo o que há na língua* – são “língua” e ponto final. (p. 71).

Tudo isso faz parte do que Makoni e Pennycook (2007) entendem por invenção das línguas, um processo concebido como parte dos “projetos

crístãos/coloniais e nacionalistas em diferentes partes do globo” (p. 1). Seguindo o que postulam os autores, partimos, então, do pressuposto de que “as línguas e as concepções de linguacidade [*linguageness*] e metalinguagem que são usadas para concebê-las são invenções” (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, p. 1, acréscimo nosso). O processo de invenção não se restringe à nomeação/constituição de línguas, porque ele se estende à construção de histórias, tradições, sujeitos e povos a partir do olhar do europeu. Esses sujeitos se tornam, assim, objetos de conhecimento do dominador, e suas concepções são subalternizadas e invisibilizadas, por meio da nomeação e classificação de suas línguas e culturas, que performativamente as constituem (MAKONI, PENNYCOOK, 2007), mais um dos efeitos da colonialidade do saber/poder (MIGNOLO, 2010; QUIJANO, 1992, 2005).

Para Mignolo (2003), “as línguas foram tomadas como uma das fundações sobre as quais encenamos a política da identidade: a língua servia para definir as fronteiras de uma comunidade, distinguindo-a de outras” (p. 389). Dessa forma, a invenção das línguas tem papel fundamental na essencialização dos sujeitos, que passam a ter uma identidade fixa determinada, por exemplo, pela naturalização da tríade “um povo – uma língua – um território”. Os conceitos de “línguas e nações são dialeticamente coconstruídos” (MAKONI; PENNYCOOK, 2007), e o estabelecimento de prefigurações identitárias dos povos colonizados é fortemente baseado em critérios etnolinguísticos.

No caso dos indígenas no Brasil, especificamente, essas ideologias de linguagem essencialistas compõem o imaginário do que é “ser índio”. Dentro dessa lógica, ser índio significa falar uma língua indígena “legítima”. Quanto mais o sujeito se afasta desse modelo de identidade prefigurativo – utilizando recursos identificados como pertencentes a outras línguas, por exemplo –, menos ele corresponde à idealização desse construto. A ideologia monolíngue tem

nitidamente um propósito dentro do projeto de governabilidade colonial/moderno, conforme enfatiza Nascimento (2017):

a autenticidade cultural, nela incluída uma identidade etnolinguística fixa, é o que, em tese, garantiria aos povos indígenas certos direitos, como o de terem legalmente reconhecidos os seus territórios tradicionais. O discurso de autenticidade, ou inautenticidade, é, contudo, apropriado contingencialmente, a depender dos interesses político-econômicos supralocais, a despeito de toda a complexidade que constitui as dinâmicas interculturais contemporâneas que, inevitavelmente, impactam a existência dos povos indígenas. (p. 6).

As identidades coloniais impostas a esses sujeitos acarreta, então, o processo de hierarquização dos povos e dos conhecimentos, do qual “a linguagem, bem como as (meta)reflexões sobre ela” são parte fundamental, tornando-se instrumentos do poder colonial na América (NASCIMENTO, 2014, p. 108).

É imprescindível que destaquemos aqui, então, o papel da Linguística no projeto moderno, tendo em vista que os modelos teóricos utilizados para o estudo dos povos colonizados e suas línguas, como meros objetos – que consistia basicamente em sua descrição e classificação (constitutivas e performativas, ressalte-se) –, foram “construídos em cumplicidade com a expansão colonial” (MIGNOLO, 2003). Nascimento (2017) discute como os estudos linguísticos ainda reproduzem em grande medida ideologias coloniais que, de maneira geral, prefiguram e fixam identidades etnolinguísticas:

nesta direção, é possível compreender como as chamadas “línguas indígenas” têm sido objeto de análise sob duas principais perspectivas hegemônicas que compartilham a assunção da correlação inequívoca entre língua, cultura e território, e da fixidez, homogeneidade e estabilidade linguísticas. A primeira delas dedica-se à análise de características sistêmico-funcionais, sob diferentes abordagens teóricas e que tem como principais resultados descrições (não raro, chamadas de gramáticas) de partes de língua em suas dimensões fonético-fonológicas, morfossintáticas e, em menor escala, textuais. É, provavelmente, a perspectiva de maior impacto na produção acadêmica brasileira. Outra perspectiva de grande produtividade, e que se vincula às áreas de *educação em língua materna* e dos *direitos linguísticos*, enquadra-se nos limites de uma

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

sociolinguística tradicional, que busca apresentar a situação das línguas indígenas em contínuos classificatórios, cujos polos mais radicais vão da vitalidade funcional às situações de risco de extinção e morte, tendo como principal critério de classificação o número de falantes que utilizam essas línguas [...] (p. 6-7, grifos no original).

Isso nos faz considerar como é preciso repensar essas noções naturalizadas e cristalizadas sobre língua, sobretudo na Linguística – tendo em mente o papel exercido por ela na reprodução e disseminação de ideologias de linguagem –, haja vista a necessidade de problematizar o cerne das questões que envolvem a invenção das línguas, suas contribuições para a colonialidade/modernidade e os impactos reais que trazem para a vida dos sujeitos marginalizados desde a colonização até os dias atuais, pela subalternização de seus corpos, conhecimentos, línguas e culturas, como é o caso dos indígenas no Brasil. E, mais importante, buscar elementos que se aproximem das experiências interculturais contemporâneas dos indivíduos indígenas, negando, assim, a negação de sua contemporaneidade.

Nessa perspectiva, tentamos estabelecer um diálogo interepistêmico com os metadiscursos dos docentes indígenas em formação superior, como uma tentativa de “pensar o mundo por um olhar não ocidentalista” – especificamente no que diz respeito à língua e às concepções a ela relacionadas, como uma alternativa de desinvenção das línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) –, considerando que “a episteme ocidentalista destruiu outras lógicas de vida social e outras formas de produzir conhecimento” (MOITA LOPES, 2006, p. 87) que precisam ser recolocadas e valorizadas dentro do espaço da diferença colonial. A intenção, conforme propõe Mignolo (2003), é pensar a partir das margens, das vozes subalternas, para construir um pensamento liminar.

Dentro dessa perspectiva, surge a concepção de um pensamento fronteiriço, a partir do espaço da diferença colonial e das experiências nele geradas

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

(MIGNOLO, 2003, 2010), que pode ser enxergado como “os momentos de fissura no imaginário do sistema mundial colonial/moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 49). A geopolítica do conhecimento é essencial, assim, para “evitar a crítica eurocêntrica do eurocentrismo e para legitimar as epistemologias liminares que emergem das feridas das histórias, memórias e experiências coloniais” (MIGNOLO, 2003, p. 66).

É importante ressaltar que o desprendimento que gera o pensamento fronteiriço não tem por objetivo o completo desligamento do conhecimento ocidental. Primeiro porque é impossível, depois de séculos de colonização, ignorar o lastro colonial e negar as interações interculturais e o agenciamento dos povos indígenas nesse processo. Segundo, pelo risco de assumir um essencialismo nessa perspectiva; não é possível pensar em uma autenticidade absoluta do pensamento indígena (MIGNOLO, 2010). Estar na fronteira significa justamente estar inserido na diferença colonial, espaço em que ocorrem manifestações de apropriação e resistência paradoxais, contingentes, complexas.

Os metadiscursos dos docentes indígenas com os quais dialogamos são, portanto, representativos das tensões e contradições que caracterizam as condições fronteiriças dos sujeitos indígenas, cujas práticas comunicativas e ideologias de linguagem se formam no espaço conflituoso da diferença colonial (MIGNOLO, 2003) e apontam para dois pontos principais: práticas comunicativas e metadiscursos que rompem com as ideologias de linguagem hegemônicas que consideram as línguas como entidades autônomas e separadas; e a adoção de metadiscursos que se apropriam de ideologias essencialistas com o objetivo de promover a autoafirmação e desafiar ideologias de autenticidade e legitimidade – com base em prefigurações identitárias fixas.

Nesse sentido, adotamos o conceito de linguajamento, “o ato de pensar e escrever entre as línguas” (MIGNOLO, 2003), para pensar como as ideologias de linguagem dos docentes indígenas se afastam “da ideia de que a língua é um fato” e

“em direção à ideia de que a fala e a escrita são estratégias para orientar e manipular os domínios sociais de interação” (MIGNOLO, 2003, p. 309). A vivência entre línguas experienciada pelos sujeitos indígenas nada mais é, portanto, do que uma forma de translanguajamento (também denominado por Mignolo (2003) como bi/plurilinguajamento). Nessa perspectiva, a ideia de linguajamento de Mignolo (2003), mobilizada nos metadiscursos dos docentes indígenas, transcende o construto “nação”, diante dos borrões que vêm se constituindo nas fronteiras e das consequentes práticas comunicativas híbridas e identidades cambiantes. Os elos entre língua, território e identidade, uma das principais crenças do imaginário colonial/moderno (MIGNOLO, 2003), têm sido desatados pelos movimentos dos corpos e dos conhecimentos dos sujeitos no mundo e pela retomada dos contextos locais. Essa noção rompe com as ideologias que concebem as línguas como entidades separadas e, assim, se propõe como uma alternativa para enxergar as práticas comunicativas, adotando hibridismo como uma forma própria de teorização.

Assumimos, então, as ideologias de linguagem desses docentes indígenas em formação como saberes fundados em uma epistemologia diversa da tradicionalmente presente na Linguística – uma vez que seus metadiscursos e práticas desafiam a lógica moderna ao desestabilizar os limites entre as línguas e borrar as fronteiras entre elas. Além disso, se apropriando de forma estratégica de ideologias essencialistas, em um movimento ao mesmo tempo de autoafirmação e de rejeição da negação da contemporaneidade. Enxergamos esses sujeitos como produtores do conhecimento, cuja presença na universidade por si só representa um ato político que subverte a ordem do sistema-mundo moderno/colonial. Partindo da ideia de “invenção das línguas” postulada por Makoni e Pennycook (2007) e da proposta de “descolonização do conhecimento” de Quijano (1992) e Mignolo (2003, 2010), defendemos o pensamento indígena como uma forma de

desestabilizar o pensamento moderno/colonial, uma vez que os metadiscursos e as práticas desses sujeitos se apropriam de ideologias modernas de linguagem (como purismo, fixidez, artefactualidade etc.) e as reelaboram de forma politicamente estratégica, além de as desafiar por meio de concepções e práticas de linguajamento híbridas e situadas. Buscamos, dessa forma, contribuir para a reflexão acerca das bases epistemológicas dos estudos linguísticos, trazendo para a discussão teórica sobre língua os conhecimentos epilinguísticos de pessoas indígenas, histórica e sistematicamente marginalizadas e subalternizadas no sistema-mundo moderno/colonial.

Referências

- BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. Tradução de Ive Brunelli. In: SILVA, D. do N.; FERREIRA, D. M.; ALENCAR, C. N. (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.
- GARCEZ, Pedro de Moraes; BULLA, Gabriela da Silva; LODER, Letícia Ludwig. *Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos*. D.E.L.T.A., v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.
- KROSKRITY, P. Language Ideology. In: DURANTI, A. (Ed.) *A companion to linguistic anthropology*. Malden, MA, USA: Blackwell Publishing, 2004.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (Ed.) *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 2007. p. 1-41.
- MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-44.

NASCIMENTO, A. M. *Apontamentos críticos sobre concepções de linguagem na formação superior de docentes indígenas: diálogo intercultural como diálogo intepistemico*. Revista Muitas Vozes, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103-123, 2014.

NASCIMENTO, A. M. Plurilinguismos indígenas no mundo globalizado. Revista *Organon*, Porto Alegre, n. 62, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I. *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 117-148.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, R.; HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. F. (Org.). *The elements: a parasession on linguistic unions and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

UFG. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia, Núcleo Takinahakỹ de formação superior indígena, 2006.